



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

EXMO. SENHOR

MINISTRO DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

N.º único: 366034  
N/referência: 260/11.ªCTSSAP/2010

Data: 14 JUL 2010

**ASSUNTO: Envio de relatório de audiência para esclarecimentos do Governo**

Junto envio a Vossa Excelência cópia do Relatório da Audiência concedida por esta Comissão à Comissão de Aposentados do Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações. Solicita-se que, através do Gabinete de Vossa Excelência, possa ser enviada cópia do mesmo a Sua Excelência o Ministro de Estado e das Finanças, no sentido de ser prestada a esta Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública a informação a respeito da posição adoptada pelo Governo naquela matéria, nos termos das conclusões do referido relatório.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Comissão

  
Ramos Preto

## Relatório de Audiência

Dia: 08 de Julho de 2010

Hora: 14H00

Sala 4

N.º 41 /XI/1.ª

**ASSUNTO:** Entrega de Caderno Reivindicativo e análise do seu conteúdo

**ENTIDADE:** Comissão de Aposentados do Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações

- ✓ Amélia Monteiro;
- ✓ Armando Martins;
- ✓ José Rodrigues Nunes.

**RECEBIDA PELOS SENHORES DEPUTADOS:**

- ✓ Custódia Fernandes (PS);
- ✓ Margarida Almeida (PSD);
- ✓ Maria Paula Cardoso (PSD);
- ✓ Artur Rego (CDS-PP);
- ✓ Jorge Machado (PCP).

Iniciada a reunião, foi dada a palavra aos Requerentes que, entregando um caderno reivindicativo (Anexo I), reiteraram as preocupações nele incluídas, a saber:

- ✓ O facto de as pensões não serem actualizadas, acarretando, para os reformados, a perda do poder de compra;
- ✓ A questão da comparticipação dos medicamentos que, para os beneficiários dos CTT são mais abrangentes, mas que as farmácias nem sempre cumprem, aproveitando-se do desconhecimento dos utentes;
- ✓ O receio de que, com as medidas de austeridade do Programa de Estabilidade e Crescimento – PEC, bem como com a privatização dos CTT, os direitos de que usufruem se venham a perder, piorando o nível de vida dos aposentados que, à partida, constituem já um grupo social vulnerável.

Terminada a exposição, intervieram alguns dos Senhores Deputados presentes.



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Senhora Deputada Margarida Almeida (PSD) referiu que tinha conhecimento do funcionamento do subsistema de saúde dos CTT. No que concerne às aposentações, salientou que, com a convergência de regimes, todos os aposentados da Função Pública (ou equiparados) acabariam por ter condições idênticas aos beneficiários do regime geral da Segurança Social. Por fim, pretendeu saber se, em concreto, teria já havido medidas penalizantes, que levassem os aposentados a recear pelo seu futuro. A esta questão, os requerentes não apontaram medidas concretas.

Quanto ao Senhor Deputado Artur Rego (CDS-PP), manifestou compreensão pelos receios suscitados. Acrescentou que, no entanto, a situação dos aposentados dos CTT teria de ser analisada à luz do contexto geral dos aposentados, grande parte dos quais se encontravam em situações de grandes dificuldades.

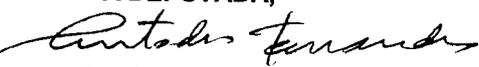
O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) agradeceu aos Requerentes e reiterou as suas preocupações, nomeadamente no que concerne às medidas do PEC, muito penalizantes para os reformados. Acrescentou, que a privatização dos CTT constituía, igualmente, uma preocupação do seu Grupo Parlamentar.

Por fim, a Senhora Deputada Custódia Fernandes (PS), coordenadora da audiência, agradeceu aos Requerentes a sua presença, informando-os que, sendo eles beneficiários da Caixa Geral de Aposentações, a Comissão iria enviar o Caderno Reivindicativo (em anexo) ao Senhor Ministro do Estado e das Finanças, tornando-o ciente das preocupações nele vertidas.

### **Conclusões:**

- 1º) Elaborar Relatório da Audiência, que será presente à 11.ª Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública;
- 2º) Remeter o Relatório de Audiência, bem como a documentação entregue pelos Requerentes, a sua Excelência, o Senhor Ministro do Estado e das Finanças.

Palácio de São Bento, em 14 de Julho de 2010

A DEPUTADA,  
  
Custódia Fernandes

**Anexo:** Caderno Reivindicativo entregue pelos Requerentes

COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**CARTA REIVINDICATIVA  
DOS APOSENTADOS DOS CTT E DA PT COMUNICAÇÕES**

Os Governos têm penalizado fortemente os reformados e pensionistas do sector privado, da Administração Pública e das empresas de capitais públicos, através da deliberada opção pela desvalorização do valor das suas reformas, pelo aumento da carga fiscal em sede de IRS a que se juntam o aumento do custo de vida, particularmente em resultado do continuado aumento dos preços dos bens e serviços essenciais e medicamentos.

O brutal agravamento das condições de vida e o alastramento das situações de pobreza entre os reformados e idosos não resultam de factores externos como alguns também agora pretendem fazer crer, para mais uma vez iludirem as causas dos problemas e os caminhos que enfrentem de facto esta preocupante realidade e a invertam. A gravidade da situação social existente tem na sua génese as opções políticas dos sucessivos Governos, assentes numa injusta distribuição do rendimento nacional para quem trabalha e para quem, após uma vida de trabalho, se reformam ou aposentam.

Aos aposentados da Administração Pública e das empresas de capitais públicos, o governo anterior impôs aumentos ainda mais baixos. Entre 2007 e 2008 o aumento da pensão média foi de apenas 1,4%, em 2009 um pouco maior, estes aumentos levaram à diminuição do poder de compra da pensão média destes reformados.

Consideramos que a actualização do valor das pensões tem de estar em consonância com a estrutura de despesas dos reformados, sabendo-se como se sabe que o peso da alimentação, da habitação e da saúde representam, por exemplo num casal idoso, cerca de 65% do total das despesas familiares, pelo que a taxa de inflação média tem que ser majorada para fazer face às principais despesas dos reformados.

Após dezenas de anos de trabalho e de dezenas de anos de descontos, os aposentados dos CTT e da PT Comunicações são agora confrontados com medidas por parte do Governo, dos CTT, da PT Comunicações e da PT/ACS (Associação de Cuidados de Saúde), que visam agravar ainda mais as suas condições de vida, a saber:

- Congelamento das pensões e diminuição do seu valor real;
- Não inclusão de algumas despesas de saúde na declaração de IRS;
- Diminuição das comparticipações nos medicamentos;
- Alteração dos benefícios fiscais;
- Diminuição das convenções com médicos e meios auxiliares de diagnóstico por parte da PT/ACS;
- Privatização dos CTT, com consequências para os aposentados que neste momento não poderemos avaliar.

ILIAÇÕES

IMM  
NON NETWORK  
INTERNATIONAL

Q  
UNI-FEDERAÇÃO  
QUADROS



**COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Por estes motivos a Comissão de Aposentados do SNTCT, em representação dos aposentados dos CTT e da PT Comunicações propõe:

- **Actualizações anuais das pensões, de forma a repor o poder de compra perdido;**
- **Alteração do Código do IRS de forma a poderem incluir as verbas pagas respeitantes às quotas do sistema de saúde;**
- **Manutenção das actuais comparticipações nos medicamentos;**
- **Manutenção dos actuais benefícios fiscais para os aposentados, em especial para as pensões mais baixas;**
- **Melhoria do serviço nacional de saúde e apoio a idosos;**
- **Manutenção e aumento das convenções por parte da PT/ACS, de modo a permitir que os aposentados possam continuar a ser seguidos pelos seus médicos, bem como pagamento atempado aos prestadores de cuidados de saúde para evitar que estes rescindam as convenções;**
- **Manutenção dos CTT como empresa de capitais públicos, para que possa ser garantida a prestação do serviço público de correios com qualidade e possam ser mantidos os compromissos assumidos com os aposentados.**

Assim, a Comissão de Aposentados do SNTCT irá:

- Reunir com o MURPI, ANAP e Comissão de Aposentados da Função Pública.
- Pedir reuniões a várias entidades para analisar estas questões e reivindicações.
- Entregar esta carta reivindicativa às Administrações dos CTT, PT Comunicações e Governo.
- Efectuar acções públicas para divulgar esta carta reivindicativa.

Lisboa, 18 de Março de 2010

À Comissão de aposentados do SNTCT